

As relações históricas entre América Latina e Estados Unidos: Uma análise da dependência face à ascensão chinesa

Alexandre Freitas da Silva * Theo Peixoto Scudellari †

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP

*Autor correspondente. E-mail: alexandre.freitas@unesp.br

Resumo

As relações entre Estados Unidos e América Latina constituem um tema que abarca inúmeras análises sob diversos prismas teóricos e conceituais. Este trabalho optou por analisar essas relações à luz da teoria da dependência e do desenvolvimento associado. Assim, primeiro o texto retomou aspectos fundamentais para a formação dessa relação dependente, abordando a constituição dos Estados Unidos como centro hegemônico da região e a percepção que estes desenvolveram em relação à América Latina. Mais adiante, utiliza-se a reflexão acerca do capitalismo de elites associadas e o papel destas na manutenção de uma condição periférica na região. Em seguida, apontamos como os interesses financeiros norte-americanos estavam por trás de uma relação intervencionista e consolidaram a dependência. Finalmente, o artigo volta-se para o século XXI e a crescente presença chinesa na América Latina, que é analisada a partir da hipótese da China como substituta dos Estados Unidos na região.

Palavras-chaves: América Latina, Estados Unidos, China, Teoria da Dependência

1. Introdução

O tema das relações entre Estados Unidos e América Latina é holisticamente explorado por meio de uma extensa produção acadêmica e cultural. Além disso, existe uma percepção histórica de um lado e de outro sobre o tema nas sociedades locais em que o desequilíbrio de poder é central. Nesse sentido, mesmo a mais cética análise não foge a certa percepção metafórica que o estudo sobre o tema impõe. Fato é que, com algumas raras exceções, desde a independência dos estados americanos, a relação entre os Estados Unidos e a América Latina sujeitou-se a uma continuidade inevitável, seja pela proximidade geográfica, seja pelas necessidades econômicas (Ribeiro 2024).

As relações com os Estados Unidos desenvolveram-se como eixo fundamental na projeção internacional de boa parte da América Latina, assim como serviram de

modelo de organização política às sociedades da região. Muito embora sucessivos processos de estruturação social com vistas ao desenvolvimento autônomo tenham sido empreendidos no território abaixo do Rio Grande, a preponderância de Washington se fez valer na maior parte das vezes.

A construção de um estado forte e independente, sustentado por um processo de acumulação mercantil, garantiu acúmulo de capitais e a formação de um mercado interno de descendentes de europeus nos Estados Unidos da América. Essa dinâmica, embora coexistisse com um modelo escravista de produção, forneceu condições para que uma colônia recém independente construísse uma rede de trocas comerciais locais que não tivesse a totalidade dos lucros remetidos à metrópole. São esses recursos que financiaram a expansão industrial e territorial dos Estados Unidos (Teixeira 2012).

Perry Anderson (2014) discute como a dualidade entre capital e segurança moldou a atuação internacional dos Estados Unidos. Para o autor, a percepção da elite americana de que o sistema econômico nacional era vulnerável às oscilações exógenas contribuiu para a adoção de uma postura belicosa em defesa dos interesses econômicos do país, e este desenvolveu uma estratégia de intervenção no cenário internacional a partir de um modelo político no qual o chefe do executivo era preponderante na implementação e desenho da política externa. Assim, em defesa dos interesses econômicos de sua elite, os diversos presidentes americanos conduziram *big stick policy*, doutrina Truman, Doutrina Nixon e a guerra às drogas, exemplos de estratégias que afetaram diretamente a política latinoamericana.

Com efeito, neste trabalho, objetivamos entender a consolidação dos Estados Unidos como principal sustentáculo do capitalismo dependente na América Latina, a partir de uma política externa integrada aos interesses das elites locais latinoamericanas, auxiliada por grupos sociais totalitários, herdeiros dos projetos coloniais na região. Após isso, observa-se a definição de um padrão de interação assimétrico e impositivo, mas relativamente contornado por arranjos transnacionais de integração regional. Finalmente, tem-se os dias atuais, em que a emergência de novos atores globais com interesses crescentes na região, notadamente a China, oferecem uma alternativa à preponderância norte-americana.

Nesta lógica, o presente artigo traz uma contribuição teórica e argumentativa com vias a observar essas etapas da consolidação estadunidense e quais os delineamentos que podem ser observados a partir desse panorama contemporâneo sombreado pela ascensão e presença chinesa na economia internacional. Faz-se essencial o aprofundamento da compreensão histórica acerca da relação entre os EUA e a América Latina através de políticas assimétricas e de controle econômico regional, muitas vezes ve-ladas através de uma retórica de integração e auxílio entre pares continentais. Para tal empreendimento, será utilizado o referencial teórico-metodológico da Teoria da Dependência, fundamental do ponto de vista crítico, além de fornecer ferramentas analíticas significativas para a compreensão da contemporaneidade e das dinâmicas dos atores na região da América Latina, como a própria China.

Por conseguinte, o artigo se divide em três seções com vias a construir a argumentação proposta, consolidando-se através da análise histórica e dos aparatos político-econômicos engendrados entre a potência e o continente latino. A primeira seção tem como cerne uma descrição sistematizada dos processos que possibilitaram

aos Estados Unidos ascender e lograr uma posição de preponderância internacional – e, conseqüentemente, regional na América. Na segunda seção, busca-se desenvolver observações sobre as características dessas relações assimétricas dos EUA com relação à América Latina, destacando-se as estratégias e as políticas empreendidas na manutenção dos fluxos desiguais, demonstrando, ainda, a força do neoliberalismo a partir dos anos 1990 até o início do século XXI. Por fim, conectando-se com as seções anteriores, visa-se a análise dessas relações em paralelo com a ascensão chinesa não apenas enquanto hegemonia global, mas como sujeito proeminente para as relações econômicas, políticas e comerciais com os Estados do Sul Global, onde se inserem os latinos (Shambaugh 2013).

2. A constituição de hegemonia norte-americana e a dependência latinoamericana

Os Estados Unidos são o grande paradigma do capitalismo moderno, conforme discute Aloísio Teixeira (2012). Isso porque seu processo de transformação em direção ao modelo de concentração de capital monopolista é acelerado, escalonado e internacionalmente hegemônico. Até meados do século XIX, o país conservava dinâmicas econômicas comuns a um continente colonizado, isto é, exportação de matérias-primas, sobretudo o algodão sulista, em direção à manufatura têxtil inglesa, contando com financiamento de capital londrino, adiciona-se a isso a exploração de mão-de-obra em um sistema escravista. Ocorre que parte do capital latifundiário escravista fluiu em direção às demandas manufatureiras, que formou no norte do país, onde residia a maior parte da mão de obra branca livre, um polo de produção industrial, protegido politicamente pelas condições locais de empreendimento liberal. Assim, tem-se o encontro entre capital e ideologia que auxiliou na ruptura da lógica colonial no Norte, mas que ainda imperava no sul agrário e escravista (Teixeira 2012).

A ascensão do empreendimento industrial no Norte fez com que essa região, embora territorialmente menor e politicamente menos influente, ganhasse peso demográfico e econômico. Além disso, a necessidade de mão de obra para a manufatura estimulava uma oposição ao modelo escravista do sul. Toda essa ascensão econômica do Norte trouxe um ganho de poder político a ponto de esta região ter o objetivo de estender seu modelo a todo país, causando uma guerra civil de raízes revolucionárias na natureza da organização social do país, entre 1861 e 1865 (Teixeira 2012). Nesse sentido, a vitória do norte representou o êxito de uma forma de acumulação capitalista local, baseada na produção industrial, de maneira que toda a força estatal do país teria como estratégia a expansão desse modelo. O que veio a seguir foi a aprovação de uma série de leis protecionistas com vistas a proteger a produção americana da concorrência europeia, seguida pela marcha para o oeste, que ampliou a escala de recursos envolvidos na produção e a integração de um vasto território a essa ordem de organização capitalista (Teixeira 2012).

Consoante à visão protecionista a respeito do desenvolvimento industrial preponderante na política norte-americana da segunda metade do século XIX, estava a necessidade de assegurar mercados estrangeiros para as manufaturas produzidas no país. A América Latina possuía duas características que facilitaríamos a exportação de bens transformados para essa região, a primeira era o fato de ser essa uma região

dependente da importação de produtos secundários, dada a sua baixa produção local, concentrada majoritariamente em atividades extrativistas; a segunda era a questão geopolítica, porque era a América Latina a região próxima onde a crescente indústria americana conseguia competir com a maior potência industrial do mundo à época, o Reino Unido (Ayerbe 2002).

Paulatinamente, os Estados Unidos começam a disputar mercados no continente americano, região em que se afirmavam geopoliticamente desde a Doutrina Monroe¹ no início do século XIX. No entanto, o país ainda não detinha supremacia sobre a região, já que forças ligadas às potências coloniais, sobretudo a Inglaterra, atuavam na região. Face a isso, crescia em Washington, principalmente ao final do século XIX, a doutrina do destino manifesto, fortalecendo a sina norte-americana em conduzir o continente (Junqueira 1999). Não à toa, embora sua expansão territorial e influência estivessem em crescimento, àquela altura, o conflito mexicano-americano já havia concedido uma imensa faixa territorial a oeste para os Estados Unidos. A marcha para oeste envolvia uma expansão para além da fronteira, tomando territórios indígenas, mexicanos e avançando sobre o mar caribenho ao sul (Ayerbe 2002).

Junqueira (1999), por exemplo, trabalha com a ideia de *wilderness*, que no imaginário norte-americano seria o avanço civilizacional dos EUA sobre zonas ambientalmente intocadas e despovoadas, ao que fora objeto desse pensamento a porção oeste do território estadunidense, o norte do Canadá e partes América Latina (sobretudo o bloco amazônico). Essas zonas inóspitas, na concepção da civilização protestante das treze colônias, sujeitam-se ao subdesenvolvimento diante dos obstáculos que seu meio natural oferecia ao progresso; ao contrário, no território dos Estados Unidos o êxito da marcha para oeste provou o excepcionalismo dos pioneiros, conduzindo o país a um desenvolvimento inédito. Nesse sentido, a América Latina era tida como uma região fadada por um meio ambiente rico, mas anti-civilizacional, na medida em que aquele impõe grandes dificuldades à ocupação para o desenvolvimento.

Essa percepção quanto ao excepcionalismo estadunidense serviu como um fator de atração sociocultural para as elites locais da América Latina, que também se respaldavam em sua “capacidade” civilizatória, conforme suas raízes europeias. O que se deu foi o encontro de grupos herdeiros do projeto colonizador da América, mas de diferentes matrizes (Ribeiro 2024). O sucesso da expansão do capitalismo norte-americano consolidou a ideia de que o caminho era a associação a este, considerando que o ciclo de expansão urbano e produtivo na América Latina era uma fração daquele atingido por Washington. Assim, dá-se forma a ideia de que deveria a região fornecer ao parceiro industrializado riquezas naturais ainda inexploradas, assumindo o papel associativista e dependente da região ao excepcionalismo americano.

Essa dinâmica colonial foi descrita por Prado Júnior (2011, 32) como sendo uma estrutura econômica de serventia à metrópole no caso brasileiro. Entretanto, se

1. Inicialmente, a Doutrina Monroe foi elaborada enquanto uma política de suposta proteção dos Estados Unidos contra possíveis invasões europeias em seu território e nas suas políticas de desenvolvimento e industrialização. A expansão dessa doutrina para os demais países do continente americano, por sua vez, veio acompanhada de um caráter imperialista, em que os EUA, um país à época periférico com relação ao capitalismo global centralizado na Europa, pôde projetar uma hegemonia regional sobre os seus pares americanos. É a partir desse processo que a doutrina Monroe passa a adquirir uma face mais voltada para o controle e o exercício do poder estadunidense (Kuhn e Arévalo 2016).

comparada à caracterização dada por Prado Júnior (2011) para a dinâmica com a Europa, com os Estados Unidos esse arranjo foi mais complexo, visto que as relações com esse país se imiscuem ao esforço modernizante da América Latina no século XX. Tal esforço envolvia principalmente a industrialização da região, notadamente nos seus principais países, tomando o exemplo brasileiro como paradigmático para o processo de industrialização da região, este foi encampado pelo Estado brasileiro a partir do acordo de transferência de tecnologia com os Estados Unidos para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional em troca do apoio brasileiro à campanha aliada.

Com efeito, para além das já colocadas relações hemisféricas, os Estados Unidos tornam-se a fonte de financiamento para as políticas de desenvolvimento latinoamericanas, mas a evolução dessa perspectiva não se deu sem que a ideia de um projeto nacional autônomo dos países latinoamericanos fosse cooptada. Imediatamente após a Segunda Guerra, a postura do governo Truman indicava que os Estados Unidos estavam comprometidos com a sua agenda anticomunista e de primazia internacional. O interesse quanto ao desenvolvimento da América Latina era secundário face à Europa e ao Japão, quando não desinteressante para os Estados Unidos que países como Brasil, México e Argentina seguissem caminhos de desenvolvimento autóctone, por isso, Washington atuou como agente desestabilizador para os projetos nacionais latinoamericanos (Ianni 1993).

Octávio Ianni (1993) separa essa fase de associação franca aos Estados Unidos na forma de capitalismo associado daquela de capitalismo nacional. Trata-se de períodos distintos, visto que, embora já fosse sentida a presença econômica de Washington no continente, estes não haviam consolidado supremacia na região, porque passavam pela fase em que se constituíam como “centro cíclico principal” (Teixeira 2012, 168), ou seja, eram a grande potência industrial do globo, mas não o *hegemon* central, o que só seria assegurado após 1945. Os polos de poder globais que dividiram a disputa hegemônica interestatal entre a Primeira Guerra e a Segunda Guerra garantiram espaço para estratégias de desenvolvimento capitalista local não associados, tal como foi na experiência brasileira, mexicana e argentina (Corsi 2007).

Nesse sentido, a fase associada à qual nos referimos e que Ianni (1993) considera ser tipicamente de uma associação dependente ocorreu somente após a Segunda Guerra. Isso não significou, todavia, que não houvesse um movimento imperialista da potência continental com o resto da América Latina. O próprio Ianni (1993) assevera que desde 1845 com a anexação do Texas, os EUA seguiram avançando sobre a América Latina. A fase associada representa a extensão da estrutura de subordinação para as relações de classe, porque o imperialismo adentra a sociedade subordinada, conceito chave para entender a dependência estrutural descrita por Octávio Ianni. Os povos subordinados auxiliam na manutenção da hegemonia da potência central, na medida em que reproduzem a dominação a nível nacional, efetuando uma colonização interna.

A condição de capitalismo associado está diretamente ligada ao ingresso da maioria dos países da América Latina na Segunda Guerra na condição de aliados dos Estados Unidos. Esse movimento auxiliará a expansão geopolítica de Washington na região, sendo esta a nova fronteira para a expansão econômica e militar norte-americana (Ianni 2004). E, então, uma gama de agentes transnacionais e instituições internacionais multilaterais sediados nos Estados Unidos passam a operar nos países latinoamericanos.

Inerente a essa nova fase, estão os acordos para a consecução de uma governança internacional garantida pela preponderância militar norte-americana. Enquanto na Eurásia os Estados Unidos buscavam “cercar” a periferia soviética, no continente americano a estratégia era isolar esse espaço geográfico de influências não-estadunidenses. O que se seguiu foi o desenho de acordos como o Tratado Interamericano de Assistências Recíproca² e a criação da Organização dos Estados Americanos. Capturados pelas elites associadas, os Estados da América Latina foram fundamentais para a consolidação da hegemonia norte-americana no continente, contando com o apoio de uma burocracia civil-militar (Ianni 1993, 60).

A política de boa vizinhança levada à cabo pelo governo de Delano Roosevelt na América Latina arrefeceu temporariamente o intervencionismo norte-americano. Ciente da oferta de recursos estratégicos para a máquina de guerra aliada e da simpatia de alguns governos do continente para com as potências do eixo, Washington buscou contemporizar através da política de boa vizinha. Esta estratégia estreitou os laços com as elites latinoamericanas e fomentou a imagem dos Estados Unidos como “grande irmão”.

Em que pese a disposição norte-americana para com seus aliados latinoamericanos, o redesenho do mapa geopolítico mundial com a Eurásia comunista e a ameaça soviética que pairava sobre a Europa aceleraram uma tendência ao anticomunismo presente na política e na sociedade americana. O aparato de guerra e planejamento dos Estados Unidos que havia sido criado para organizar o esforço americano durante a Segunda Guerra voltava-se para outro inimigo, o bloco soviético e sua influência internacional. Tendo estabelecido fortes bases militares no extremo oriente ocupado e na Europa Ocidental, Washington mirava a primazia em sua segurança hemisférica e isso envolvia abominar qualquer tendência à esquerda na América Latina, mas também projetos nacionais que fossem de encontro aos interesses estadunidenses (Ayerbe 2002).

A partir do início do século XX, os Estados Unidos haviam formado uma rede de interesses empresariais na América Latina, inúmeros acordos e alianças com governos e elites locais sustentavam importantes negócios transnacionais daquele país na região. Conforme discutido anteriormente, a imagem americana exercia uma atração grande nas elites latinoamericanas, que também se beneficiam dessas relações. Nesse sentido, os acordos militares firmados durante a Segunda Guerra aproximaram os militares da região da doutrina militar norte-americana.

Orientando-se pela primazia na política internacional, a política externa dos Estados Unidos imediatamente após a rendição do eixo buscou minar a zona de influência soviética na periferia da Europa Ocidental e nas ex-colônias europeias na Ásia sobretudo. A construção da ideia de uma Guerra Fria e da divisão bipolar mundial é fruto de uma estratégia de continuidade na disputa hegemônica da Segunda Guerra, a posição antissoviética dos Estados Unidos foi rapidamente moldada pelo governo Tru-

2. O TIAR fez parte do sistema de defesa hemisférico que os Estados Unidos pensavam para a América Latina, sua função era proteger o continente de atores externos a partir da política de “um ataque a um é um ataque a todos”. Contudo, o tratado não logrou seus efeitos na medida em que serviu como instrumento para isolar a América Latina de um plano militar regional independente de Washington, além disso, com o ataque do Reino Unido à Argentina durante a Guerra das Malvinas (1982) e a recusa norte-americana em auxiliar Buenos Aires (ao contrário, Washington auxiliou Londres) o tratado foi tido como um fracasso três décadas após seu lançamento em 1947 (Organização dos Estados Americanos 2024).

man e figuras militares como John Foster Dulles e Dwight Eisenhower, diretamente envolvidos com o esforço de guerra aliado (Ianni 1993).

Essa primazia visava garantir a prevalência dos interesses capitalistas da elite estadunidense por meio do binômio capital–segurança. A ideia da Guerra Fria tornou-se um componente ideológico forte o suficiente para justificar as sucessivas incursões militares no exterior que os Estados Unidos levaram a cabo nas primeiras duas décadas após o fim da Segunda Guerra. Na América Latina, a manutenção desses interesses comerciais seria travestida de luta contra o comunismo e abrangeria frações do poder local como aliadas, já que estas estavam ligadas à acumulação capitalista dos Estados Unidos. É o caso do golpe que depôs Jacob Arbenz na Guatemala e o papel da *United Fruit Company*, multinacional que enriquecia ínfima parte de latifundiários, militares e políticos guatemaltecos associados à elite de donos da empresa, que tinha relações próximas a influentes políticos nos Estados Unidos (Ayerbe 2002, 80–92).

O que se seguiu na América Latina entre os anos 1950 e 1980 foi uma série de golpes de Estado apoiados pelos Estados Unidos e pelas elites locais. Estava em jogo a garantia da segurança dos interesses econômicos norte-americanos, por meio de remessas de lucro, fontes de matérias-primas e a posição de grande credor local, mas isso só foi possível porque os blocos de poder locais enriqueceram com essa parceria. Formando até o final do século XX o quadro de dependência via um acordo de classes associadas, conforme aponta Octávio Ianni (1993).

3. A manutenção e a consolidação da dependência: o discurso e as bases para a manutenção da periferação na transição do século XX para o XXI

É fundamental mencionar um aspecto complementar ao processo de desenvolvimento dos EUA e de aprofundamento de sua projeção de poder sobre a América Latina, qual seja a exploração de um ideal de desenvolvimento, um discurso centrado na economia capitalista que passa, após a Segunda Guerra Mundial, a nortear o debate econômico, político e social (Ayerbe 2002). Isso se dá muito em função do aprimoramento das estruturas basilares daquilo que ousamos chamar de globalização, fenômeno em que o mercado passa a ganhar uma preponderância muito significativa, desenvolvendo alicerces cada vez mais poderosos com os Estados (Arrighi 2003). Tal ponto se corrobora com os apontamentos mencionados acerca do papel dos EUA nas alianças com determinados grupos econômicos e financeiros na América Latina, aprofundando noções de desigualdade e dependência.

É neste sentido que se observa a correlação direta entre a dependência econômica e a estrutura discursiva que a baliza. Há, enquanto pano de fundo, na construção dessa assimetria histórica entre EUA e América Latina, a ideia de um parâmetro a se alcançar na figura do país do norte, mesmo que as condições e processos sócio-históricos sejam sumariamente distintos entre os vizinhos. São estabelecidos, assim, mecanismos que visam um alinhamento ideológico e econômico, objetivando dois aspectos fundamentais na construção e projeção hegemônicas dos EUA: 1) O fortalecimento da presença estadunidense, marcando uma conseqüente ampliação da dependência político-econômica e 2) o estreitamento com classes e elites econômicas estrategicamente favoráveis na América Latina, propiciando que as alianças sejam efetivadas e, por outro lado, as desigualdades externas e internas (nos países latinos) cresçam consideravelmente.

Nesta lógica, é possível observar como o delineamento das relações com objetivos econômicos passa, fundamentalmente, pela construção de ideais e discursos que permeiam os países dependentes, possibilitando e facilitando a desigualdade e a consequente projeção de poder, tanto político quanto econômico (Moniz Bandeira 2008). Conforme Ayerbe (2002) sustenta, em tom crítico:

O desenvolvimento do capitalismo traria consigo a substituição paulatina das formas compulsórias de trabalho pela livre contratação de mão-de-obra, com base em critérios de competência. Desta forma, em sociedades em que vigoram plenamente a economia de mercado e a democracia representativa, a denúncia da exploração perde fundamento. Essa mesma perspectiva aplica-se às relações internacionais. A globalização otimiza a alocação dos recursos de acordo com as vantagens comparativas regionais, nacionais e locais. Existindo instituições multilaterais eficientes e confiáveis na formulação e aplicação de padrões globais de concorrência, e um clima de convivência internacional baseado no respeito à legalidade, as condições estariam dadas para que os atores participantes do sistema adotem as políticas adequadas à otimização dos seus interesses Ayerbe (2002, 18).

Pode-se inferir, através da contribuição de Ayerbe (2002), que há um processo de difusão dos baluartes centrais do capitalismo contemporâneo e, conseqüentemente, uma busca por um alinhamento econômico com a potência que passa a ditar os norteamentos globais no pós-Segunda Guerra Mundial. Assim, entram em convergência o deslumbre do capitalismo liberal – que triunfa definitivamente após a Guerra Fria – juntamente com seus conceitos-chave e as tomadas de decisão em política externa e política econômica por parte do governo dos Estados Unidos, direcionando-as com vias a garantir uma posição de preponderância. É no meio destes pontos que a América Latina se localiza: de um lado, está constantemente vinculado aos princípios difundidos do neoliberalismo, atrelando suas políticas econômicas e fiscais a tais ditames; por outro, encontra-se em uma constante periferação de sua produção e de sua identidade por parte dos EUA, os quais reduzem o continente a um exportador primário (Moniz Bandeira 2002). Essas mesmas doutrinas, fortemente impactantes nas políticas econômicas dos Estados da América Latina, foram desenvolvidas gradualmente, mas obtiveram maior força com o Consenso de Washington nos anos 1990.

Conforme trazido na seção anterior, o período pós-Segunda Guerra Mundial representou um contexto de divisão internacional que aprofundou as relações entre Brasil e Estados Unidos, o que passou a se tornar ainda mais evidente com a disseminação de valores e princípios atinentes à chamada civilização ocidental e capitalista – elementos balizadores da Guerra Fria. Após a queda do Muro de Berlim e a dissolução da União Soviética, há uma compreensão de prevalência de tais ditames sustentados e liderados pelos Estados Unidos. O mundo já observava um processo de financeirização da economia internacional em significativa velocidade, isto é, uma redução do capital oriundo dos setores produtivos industriais em função do crescimento do setor financeiro, especulativo e mobiliário (Lapavistas 2011).

Neste contexto, unindo-se tais elementos, foi desenvolvido o Consenso de Washington, aderido principalmente enquanto uma solução para os países com graves problemas monetários e inflacionários. Conforme Bresser-Pereira (1991, 5) sustenta:

O consenso de Washington formou-se a partir da crise do consenso keynesiano [Hicks (1974) e Bleaney (1985)] e da correspondente crise da teoria do desenvolvimento econômico elaborada nos anos 40 e 50 [Hirschman (1979)]. Por outro lado, essa perspectiva é

influenciada pelo surgimento, e afirmação como tendência dominante, de uma nova direita, neoliberal, a partir das contribuições da escola austríaca (Hayek, Von Mises), dos monetaristas (Friedman, Phelps, Johnson), dos novos clássicos relacionados com as expectativas racionais (Lucas e Sargent) e da escola da escolha pública (Buchanan, Olson, Tullock, Niskanen).

Neste sentido, o Consenso de Washington representou o aperfeiçoamento de novas abordagens para as relações entre os chamados “primeiro” e “terceiro” mundos, de maneira a propor medidas voltadas para redução do endividamento e para construção de uma austeridade fiscal, isto é, redução de gastos públicos. Há, portanto, um fortalecimento da doutrina (neo)liberal e sua expansão nas formas de condução das políticas governamentais dos países – inclusive no Brasil, sob o governo de Fernando Collor de Melo e, posteriormente, de Fernando Henrique Cardoso.

Belluzzo (2007) sustenta que uma das bases do Consenso de Washington, em termos argumentativos e discursivos, estava voltada para a ilustração do Estado – principalmente na América Latina – enquanto responsável pelas crises existentes, em função de seus constantes gastos e políticas de bem-estar social – que representaram, anteriormente, a alternativa de crescimento e “desenvolvimento”. De acordo com Vaz e Merlo (2020), os Estados latino-americanos, apresentando crises profundas e elevadas dívidas, acataram parcela significativa dos princípios constantes do Consenso, abrindo mão, de certa forma, da prevalência do Estado enquanto sujeito condutor das políticas de desenvolvimento.

Nesta lógica, os autores ponderam para o crescimento da participação do capital privado nas variáveis econômicas e monetárias, privilegiando o setor financeiro e o especulativo. Por consequência, há uma maior margem para as instabilidades de mercado e de moeda, complexificando a atuação dos Estados para os controles fiscais embutidos no Consenso. Com o Brasil, a tentativa de construção da política liberalizante em questão foi diferente de outros países da região – como a Argentina –, mas não significou uma diferença da essência proposta nas diretrizes. A participação do dólar na política econômica brasileira demonstrava o papel de grande influência dos Estados Unidos sobre o país, principalmente por ter sua moeda enquanto paridade global – aquilo que Eichengreen (2011) chamou de privilégio exorbitante.

Assim, o Brasil, que vinha de um estreitamento de relações com os EUA, buscou ampliar seu escopo de participação na agenda global e manteve um alinhamento próximo com Washington, que buscava manter sua influência sobre a América Latina. Mas é importante ressaltar que, mesmo com a ampliação do escopo discursivo e participativo brasileiro internacionalmente, ainda se mantinha uma relação dependente, principalmente na esfera econômica, com os EUA. A busca pela paridade monetária – expressa como uma diretriz do Consenso – e o valor atribuído ao dólar são apenas alguns dos elementos que demonstram tal questão. A financeirização constante e o privilégio das instituições atuantes neste campo favoreceu os países com maior capacidade de acumular o capital, isto é, os chamados “desenvolvidos”.

De acordo com Vaz e Merlo (2020, 43):

[...] ocorreu também a alta lucratividade do sistema financeiro internacional e a transferência de riquezas para o norte global, de modo que instituições privadas obtiveram cada vez mais poder de decisão sobre políticas públicas, como índices de emprego e valor do câmbio para que os estados periféricos sinalizassem capacidade de pagamento de juros da dívida, mesmo que sem interesse ou condições de quitá-las.

Ou seja, os países da América Latina, que estiveram inseridos no conjunto do Consenso de Washington, passaram a observar uma transição do fluxo de capitais, ocasionando maior acumulação no norte global e a constante manutenção da dependência econômica, atrelada a raízes históricas e delineadas, com ênfase no final do século XX, pelos discursos liberalizantes e o crescente endividamento dos Estados em desenvolvimento, tornando os países tidos como ricos credores cada vez mais potentes.

O Brasil, destarte, observou suas relações com os EUA se estreitarem e diversos laços políticos e econômicos foram delineados entre os anos 1990 e 2000, com destaque para os governos de FHC e Lula – os quais, mesmo entrando em discordância esporádica, nunca se abstiveram das boas relações com Washington. No mesmo passo, os EUA se mantiveram enquanto principal parceiro comercial brasileiro por décadas, mesmo com a dissonância dos valores agregados produzidos – demonstrando a centralidade orgânica dos norte-americanos e uma certa periferização brasileira. É um cenário de dependência que se manteve mais velado por conta das boas relações diplomáticas entre os países e a crescente participação multilateral brasileira em diversos temas emergentes na agenda internacional, mas não deixou de permear a relação entre os países. O mesmo se observa com os países vizinhos, em que há uma sustentação de uma projeção de poder e de influência que permeia a realidade econômica e política aos interesses dos EUA em conjunto com elites específicas dos países latino-americanos (Ayerbe 2002).

Esse cenário passou a obter novas óticas no Brasil, por exemplo, quando, a partir de 2009, a China tornou-se o principal parceiro comercial brasileiro. A China já vinha de uma ascensão significativa em décadas anteriores, estabelecendo relações diversas com países em desenvolvimento, representando um alerta para o domínio e a projeção estadunidenses. Na próxima seção, discutir-se-á esta ascensão chinesa em paralelo com a relação histórica entre os países latinos e os EUA por base na dependência.

4. A crescente presença chinesa na América latina sob o prisma da dependência

Com a ascensão econômica da China no sistema capitalista interestatal, tem-se discutido de que maneira este país promoverá uma transformação na governança global a partir de um ciclo econômico centrado em Pequim (Arrighi 2003; Jabbour e Gabriele 2021; Vadell 2011). Trata-se, portanto, de um debate que introduz a ideia de que a ascensão chinesa conduziria a uma transição do capitalismo norte-americano como eixo condutor da economia mundial para o chinês. Essa passagem de bastão, sob um prisma tradicional de análise, indica que a China tornar-se-ia o *hegemon* central do sistema internacional.

Com efeito, a aproximação entre China e América Latina cresceu consideravelmente no campo econômico, o que reverberou em aproximações políticas entre ambos para a consecução de objetivos estratégicos comuns. É o caso dos diversos fóruns multilaterais nos quais os dois atores têm participado como parceiros, assim como a alta receptividade da região aos investimentos chineses e ao apetite voraz de Pequim por matérias-primas. A aproximação entre ambos só foi possível graças à projeção econômica chinesa e sua exuberante trajetória de crescimento nas últimas décadas.

Fornecer matérias-primas e se beneficiar de investimentos externos não são exatamente novidades na história econômica da América Latina, dados os seus gargalos

de dependência externa de raízes coloniais, conforme mencionado anteriormente. Ocorre que desde a Segunda Guerra nenhuma potência extracontinental se aproxima da região dessa maneira (aqui fazemos menção aos acordos comerciais entre a Alemanha Nazista e alguns países latinoamericanos para a exportação de matérias-primas essenciais ao esforço de guerra), nem mesmo a União Soviética foi capaz de reduzir a supremacia estadunidense na região, já que a Crise dos Mísseis de Cuba terminou com o recuo soviético e a retirada das ogivas de Cuba e o consequente isolamento da ilha, e a única incursão militar ocorrida aqui após isso foi a de um aliado de Washington e com apoio e aval destes, o que ocorreu com a operação britânica durante a Guerra das Malvinas (1982).

Nesse sentido, a crescente presença geopolítica e notadamente econômica da China na América Latina guarda certo ineditismo, além da velocidade com que esta se desenvolveu, expondo certa imprevisibilidade, é preciso frisar. A China aproximou-se da América Latina em um momento no qual os interesses estadunidenses na região eram secundários, pois estes estavam focados em sua campanha de guerra ao terror. Além disso, a eleição de diversos políticos com plataformas mais autônomas e de esquerda na região na primeira década do século XXI facilitou a aproximação chinesa. Em pouco mais de uma década, a China suplantou os Estados Unidos como principal parceiro comercial da maioria dos países latinoamericanos, e, aproveitando-se do desprestígio da região na diplomacia de Washington, estreitou os laços políticos com países de destaque no continente (Yanran 2017).

A forma como a organização do capitalismo se dá na América Latina favorece a aproximação com a China, isso porque a condição de exportador primário é bastante estrutural na América do Sul sobretudo³, de tal maneira que não há contrapartidas nacionais de uma elite industrial ou questionamentos de soberania estratégica, como ocorreu, por exemplo, na compra da alemã *Kuka Robotics* pela chinesa *Midea*⁴. Ao contrário, a disposição do capital no Brasil favorece a primarização e a abertura comercial não crítica, e isso não é fruto de uma pressão política chinesa, mas sim do padrão de reprodução do capital na região, conforme discute Filgueiras (2018, 520–525).

Há certa complementaridade econômica entre a Ásia do leste, notadamente a China, e a América Latina, notadamente a região sul americana. Primeiro porque a demanda de matérias-primas na China é inversamente proporcional à capacidade do país de suprir estas, ao passo que na América do Sul, a produção excedente desses recursos é competitiva a nível internacional. Segundo, o grau de desenvolvimento na AL é insuficiente para o consumo em larga escala de produtos e serviços de alto padrão, as economias de renda média e renda média baixa da região abastecem seu

3. O México tem se tornado um caso particular na dependência latinoamericana na medida em que a proximidade deste país com os Estados Unidos e sua articulação maquiladora através do NAFTA transformaram o território mexicano em base de exploração de mão de obra barata para diminuir a dependência da China na cadeia de suprimentos estadunidense, de tal forma que a participação da indústria ampliou-se consideravelmente na economia mexicana, embora de baixa projeção tecnológica, conforme discutem Paiva e Driemeyer (2021).

4. A empresa alemã de robôs automatizados para produção industrial *Kuka Robotics* foi adquirida em 2016 pela chinesa *Midea*, sob forte oposição política tanto na Alemanha quanto na Europa, tendo as negociações se arrastado até a comissão econômica europeia. A aquisição da *Kuka* ampliou ainda mais o discurso protecionista na Alemanha e na Europa (Reuters News 2019)

mercado interno com manufaturas baratas, sendo estas produzidas na China⁵, muito embora sua produção venha se deslocando da China nos últimos anos (Yanran 2017). Por último, a capacidade de investimentos externos da China tem sido uma saída no curto e médio prazo para os governos da AL resolverem dificuldades históricas no financiamento a projetos de infraestrutura (Vadell 2011).

Assim, não se trata de questionar o papel da China como indutor de dependência na América Latina, pois essa condição é fruto de uma posição subordinada que a região já ocupava no capitalismo mundial, portanto o vínculo de dependência foi mantido com a China. Pequim aproveitou-se do padrão de reprodução do capital dependente latino-americano, mas também trouxe ganhos à região, ao financiar projetos de infraestrutura e promover cooperação econômica em um cenário de crise econômica para a maioria dos países na AL. No entanto, os ganhos econômicos relativos são muito maiores para a China, já que o país diversificou seus parceiros e fornecedores de matérias-primas, assim como conquistou novos mercados, em que pese este fato, é preciso frisar que a América Latina logrou muitos ganhos também com a China, nomeadamente, a recomposição de reservas internacionais, investimentos em infraestrutura e acesso ao mercado consumidor chinês (Dussel Peters 2020).

Uma questão fundamental que surge nesse debate acerca da dependência latino-americana em relação à China é a hipótese de que Pequim ocuparia o lugar que foi dos Estados Unidos ao longo do último século no contexto da dinâmica centro-periferia. Ou seja, dado o avanço da integração econômica entre a AL e a China, esta última tomaria a condição de centro delimitador da organização do capital na América Latina que tem sido dos Estados Unidos. Nosso entendimento é de que essa hipótese é temerária e que a preponderância norte-americana na região é fruto de aspectos que perpassam a seara comercial da dependência.

5. A disputa hegemônica sino-americana face à dependência latinoamericana

No sistema de disputa hegemônica do capitalismo, as classes dominantes no centro apropriam-se do poder estatal para defender os seus interesses financeiros transnacionais. Não à toa, a potência hegemônica central dispõe em seu favor de pujante força militar, que em seu passado pré-hegemônico serviu à abertura de mercados e à derrota de hegemonias desafiantes (Appel 2017). Nesse sentido, a segurança dos ativos financeiros dos Estados Unidos internacionalmente é o que tem movido a organização de seu vasto complexo militar.

Ao longo do último século, os Estados Unidos atuaram em diversos conflitos extracontinentais, enquanto seu entorno geográfico permaneceu em condescendente passividade. A América Latina é o flanco sul da estratégia de defesa estadunidense, por isso garantir que nenhuma ameaça venha desta região é importante para os Estados Unidos. Dessa forma, Washington obteve uma grande vantagem face aos seus concorrentes hegemônicos, que é ter um entorno geográfico pacificado e subordinado aos seus interesses.

5. Essa condição veio à tona no debate pública acerca da taxaço das compras internacionais de empresas chinesas como Shein e Shopee, cuja penetração no mercado brasileiro dá-se pelo baixo custo relativo ao poder de compra da classe média brasileira Disponível em: Folha de São Paulo, 2023.

Com efeito, a América Latina tornou-se uma região desnuclearizada e sem capacidade de projeção militar, além disso, suas forças armadas foram ideologicamente cooptadas pelos interesses estadunidenses no contexto da Guerra Fria. Isso tudo só foi possível porque contavam os Estados Unidos com o apoio de classes dominantes associadas, cuja riqueza provém da manutenção do capitalismo dependente (Fernandes 2008). Sem que houvesse forças militares poderosas o suficiente para o proteger os interesses do capital nacional internacional, e tampouco fosse de interesse da burguesia nacional um processo de endogeneização da acumulação capitalista como ocorrera nos Estados Unidos e no Japão, projetos nacionais locais que incomodassem os interesses econômicos de Washington foram descartados e a via dependente prevaleceu⁶.

Até o momento, a crescente presença econômica da China na América Latina não alterou essa estrutura de dependência da América Latina em relação aos Estados Unidos. Nesta lógica, conforme discutimos anteriormente neste trabalho, ao longo dos últimos dois séculos, os Estados Unidos desenvolveram uma rede de negócios na América Latina que beneficiam elites locais na condição de associadas. Além disso, para defender seus interesses, Washington acionou por vezes seu aparato militar, como na invasão de países da América Central, por outro lado, também garantiu que as forças armadas dos países latinoamericanos atuassem como intermediárias de seus interesses estratégicos no continente. A China não tem cooperação militar acentuada com os países da AL (Barros, Lima e Barros 2024), mas sua capacidade econômica tem beneficiado as elites exportadoras da região.

Assim como ocorreu com os Estados Unidos durante seu ciclo de expansão industrial, a China tem necessidade de acessar fontes de matérias-primas, tendo a América Latina estoque considerável de minerais estratégicos e combustíveis fósseis. O comprador, portanto, altera-se, mas a forma como o capital na América Latina se organiza em torno de um modelo primário-exportador não. Os efeitos desse processo são sentidos na região a partir da formação de novos centros dinâmicos na economia local, nomeadamente o Centro-Oeste brasileiro e o Altiplano andino. Processo semelhante havia sido descrito por Celso Furtado (2007) ao analisar a fixação de São Paulo como centro dinâmico da economia brasileira durante o ciclo do café, partindo de uma indução por demanda externa.

No Centro-Oeste brasileiro a China busca grãos para abastecer sua indústria alimentícia e no Altiplano andino minerais estratégicos para a indústria de semicondutores. Os interesses em recursos naturais por parte da China são, até o presente momento, calcados em uma outra abordagem de política externa, que é uma perspectiva não-intervencionista e que visa a integração dessas regiões à esfera de organização da economia mundial liderada pela China. Trata-se, então, de uma abordagem nova para a América Latina se comparada a historicamente intervencionista dos Estados Unidos.

6. Na América Latina prevaleceu a conferência dos interesses financeiros e políticos estadunidenses durante o século XX, assim mesmo governos abertamente anti-comunistas foram derrubados sob a premissa de que suas movimentações políticas prejudicavam os interesses financeiros de Washington e das elites associadas, é o caso do golpe militar contra o governo do general Alvarado no Peru em 1975. O governo de Velasco Alvarado (1968-1975) havia assumido com bandeira anti-comunista, mas nacionalista e anti-oligárquica, suas reformas voltavam-se aos interesses nacionais peruanos, por consequência disso Alvarado foi deposto em 1975 por outro militar e suas reformas revertidas (Vasconcelos 2015).

Assim, infere-se que a preponderância geopolítica dos Estados Unidos da América Latina se mantém no século XXI através de profundas conexões militares e de uma relação estreita com as elites locais. Ao passo que a China se notabiliza por uma presença comercial, geoeconômica e focada em mercado consumidor e matérias-primas, assim, embora seja um intercâmbio comercial que se sujeite às trocas comerciais desiguais, não há a consecução de uma estrutura de dependência a nível político e social que redesenhe o quadro de capitalismo periférico e associada da América Latina aos Estados Unidos, por exemplo.

A presença chinesa vale-se da organização do capital na AL, muito mais do que de uma pressão externa por mudanças internas, atitude que é pouco compatível com a prática diplomática da China. As relações próximas entre as elites latinoamericanas e norte-americanas seguem quase que incontestes, as forças armadas da região são sobremaneira conectadas ao eixo de Washington, além disso, a penetração cultural dos Estados Unidos na América Latina é profunda e historicamente difundida. Em termos de complexidade, o quadro de dependência estrutural latinoamericano com Washington manteve-se, mesmo que a ascensão chinesa tenha logrado domínio econômico nas balanças comerciais da região.

6. Considerações finais

Ao observar a evolução histórica das relações entre a América Latina e os Estados Unidos, este trabalho debruçou-se sobre diversos acontecimentos que permeiam as duas regiões e as entrelaçam em sequência. Antes de assumir a condição de hegemonia global, Washington assegurou as bases locais para reproduzir sua experiência capitalista já no século XIX. O avanço do país para o Oeste e o México abriu caminho para um expansionismo continental que atingiu seu entorno próximo e mais tarde toda a América Latina.

Desde a Doutrina Monroe, os Estados Unidos buscaram assegurar sua supremacia geopolítica na América Latina, esta, todavia, veio somente quando o país consolidou também seus interesses econômicos na região, no século XX. O intervencionismo militar visava proteger os interesses financeiros estadunidenses na América Latina, quando a Segunda Guerra havia alçado o país a posição de potência capitalista central, uma rede de aliança com as elites latinoamericanas já havia sido desenhada, em meados do século XX, o capitalismo dependente e associado aos Estados Unidos estava posto em toda América Latina.

Exitosamente Washington cooptou as elites locais e estas enriqueceram associadas àqueles, graças ao apoio das elites militares e das burocracias civis, também cooptadas pelo projeto norte-americano. Esse cenário apresenta-se como irresoluto até a ascensão econômica da China chegar à América Latina. Isso porque, Pequim apresenta uma alternativa econômica aos Estados Unidos e sua presença comercial na região é inédita, assim como os Estados Unidos tomaram o lugar da Inglaterra rapidamente na balança comercial das ex-colônias latinoamericanas, a China fez o mesmo com os Estados Unidos na região.

Inevitavelmente, a pergunta se coloca nesse cenário é se pode a China ocupar o lugar que tem sido dos Estados Unidos há mais de um século na América Latina. Conforme argumentamos, a crescente presença econômica da China trouxe ganhos

aos países da região e também ofereceu uma alternativa à unipolaridade americana. Todavia, entendemos que as relações com a China não têm até o momento as condições de suplantarem os Estados Unidos no quadro de capitalismo dependente da América Latina, embora haja crescente dependência econômica dos países sul-americanos para com a China, mas este é um quadro global.

Assim, a forma como a China se relaciona com a América Latina não apresenta características similares ao intervencionismo norte-americano, ao contrário vale-se de uma diplomacia amigável e de robustos investimentos econômicos. Mas não foi apenas através da balança comercial que os Estados Unidos asseguraram a América Latina como sua periferia, foi principalmente cooptando as elites locais para que estas se associassem ao seu projeto, e estes grupos continuam muito ligados a Washington.

Recebido em: 18/05/2024.

Aprovado em: 19/12/2024.

Referências

- Anderson, Perry. 2014. *American Foreign Policy and its Thinkers*. London: New Left Review.
- Appel, Tiago Nasser. 2017. Why was there no capitalism in early modern China? *Brazilian Journal of Political Economy* 37 (1): 167–188.
- Arrighi, Giovanni. 2003. Globalização e macrossociologia histórica. *Revista de Sociologia e Política*, 13–23.
- Ayerbe, Luiz Fernando. 2002. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Editora UNESP.
- Barros, Pedro Silva, Raphael Camargo Lima e Paula Macedo Barros. 2024. *O Setor de Defesa Brasileiro no exterior: desafios, oportunidades e subsídios para a revisão de documentos de defesa*. Relatório técnico. Acesso em 03/03/2024. Brasília: IPEA. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/13002/1/Publicacao_expressa_TD_2973.pdf.
- Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello. 2007. A financeirização do capitalismo e a geração de pobreza. *Cadernos do Desenvolvimento* (Rio de Janeiro), número 3.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos. 1991. A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal? *Pesquisa e planejamento econômico* 21 (1): 3–23.
- Corsi, Francisco Luiz. 2007. Política externa e desenvolvimento no Estado Novo. *Locus* 13 (2).
- Dussel Peters, Enrique. 2020. Las “nuevas relaciones triangulares” de América Latina y el Caribe: entre el “proceso de globalización con características chinas” y tensiones con Estados Unidos. Em *Los actores globales y el (re)descubrimiento de América Latina*, editado por Wolf Grabendorff e Oliver Sebin, 131–145. Barcelona: Icaria Editorial.

- Eichengreen, Barry. 2011. *Exorbitant Privilege: The Rise and the Fall of the Dollar*. New York: Oxford University Press.
- Fernandes, Florestan. 2008. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. São Paulo: Global Editora.
- Filgueiras, Luiz. 2018. Padrão de reprodução do capital e capitalismo dependente no Brasil atual. *Caderno CRH* 31 (84): 519–534.
- Furtado, Celso. 2007. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ianni, Octavio. 1993. El Laberinto latinoamericano. *Problemas del Desarrollo* 24 (92): 81–101.
- . 2004. *Capitalismo, Violência e Terrorismo*. São Paulo: Civilização Brasileira.
- Jabbour, Elias Jabbour e Alberto Gabriele. 2021. *China: O socialismo do século XXI*. São Paulo: Boitempo.
- Junqueira, Mary Anne. 1999. Ao Sul do Rio Grande. Imaginando a América Latina em Seleções: Oeste, Wilderness e Fronteira (1942–1970). Acesso em: 2024-01-03. Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo. <https://doi.org/10.11606/T.8.1999.tde-03082022-165641>.
- Kuhn, Bruno e Raquel Arévalo. 2016. *A Doutrina Monroe e suas influências: impactos nas Américas*. <https://repositorio.uniceub.br/handle/123456789/1331>.
- Lapavistas, Costas. 2011. Theorizing financialization. *Work, Employment & Society* 25 (4): 611–626.
- Moniz Bandeira, Luiz Alberto. 2002. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional* 45:135–146.
- . 2008. A importância geopolítica da América do Sul na estratégia dos Estados Unidos. *Revista da Escola Superior de Guerra* 24 (50): 7–35.
- Organização dos Estados Americanos. 2024. *Tratado Interamericano de Assistência Recíproca*. Acesso em 04 de fevereiro de 2024. <https://www.oas.org/csh/portuguese/novosdocsegcolect.asp>.
- Paiva, Felipe Bittencourt e Tiago Driemeyer. 2021. Desenvolvimento Industrial Recente na América Latina: Estudo Comparado entre México e Brasil. *Revista Perspectiva: Reflexões Sobre a Temática Internacional* 13 (25). <https://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaPerspectiva/article/view/101641>.
- Prado Júnior, Caio. 2011. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras.
- Reuters News. 2019. *Germany's Weber: Chinese purchase of Kuka shows we must protect european firms*. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/idUSKCN1PM1DG/>.
- Ribeiro, Valéria Lopes. 2024. América Latina: desenvolvimento, dependência e o papel do capital chinês. *Economia e Sociedade* 33 (3): e282023.
- Shambaugh, David. 2013. *China Goes Global: The Partial Power*. Oxford–New York: Oxford University Press.
- Teixeira, Aloisio. 2012. Estados Unidos: “curta marcha” para a hegemonia. Em *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*, editado por José Luís Fiori. Editora Vozes.

- Vadell, Javier. 2011. A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do Consenso do Pacífico. *Revista de Sociologia e Política* 19:57–79. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000400006>.
- Vasconcelos, L. F. 2015. Ditadura Militar e Reformismo no Peru (1968–1975). Acesso em: 11 mar. 2024, *Saeculum*, número 32, 127. <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/27094>.
- Vaz, Vinicius R. C. e Edgard M. Merlo. 2020. O Consenso de Washington no Brasil: estabilização conservadora e estagnação. *Revista Aurora* 13 (1): 37–58.
- Yanran, Xu. 2017. *China's Strategic Partnerships in Latin America: Case Studies of China's Oil Diplomacy in Argentina, Brazil, Mexico and Venezuela, 1991 to 2015*. Miami: Lexington Books.